



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO

LEI Nº 567/2024

DE 27 DE JUNHO DE 2024.

FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BARRO/CE, PARA O QUADRIÊNIO 2025/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER a V.Exa. PREFEITO MUNICIPAL que a CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO-CE, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. Os subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Barro/CE, para o quadriênio 2025/2028, ficam estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º. O Prefeito Municipal de Barro/CE, perceberá o subsídio mensal no valor de R\$ 16.320,00 (Dezesseis Mil, Trezentos e Vinte Reais).

Art. 3º. O Vice-Prefeito do Município de Barro/CE, perceberá o subsídio mensal no valor de R\$ 10.880,00 (Dez Mil, Oitocentos e Oitenta Reais).

§1º. Nos casos em que o Vice-Prefeito assuma as funções do cargo de Prefeito do Município, perceberá o subsídio mensal do titular do cargo pelo período da substituição.

§2º. O Vice-Prefeito quando no exercício de um cargo comissionado, deverá optar pelo subsídio devido ao cargo de Vice-Prefeito ou pelo subsídio devido ao cargo para o qual fora nomeado, vedada em qualquer hipótese a acumulação.

Art. 4º. Os Secretários Municipais, bem como os cargos com status de secretário, conforme estabelecido em Lei, perceberão o subsídio mensal fixado em parcela única de R\$ 7.000,00 (Sete Mil Reais).

Art. 5º. Os valores dos subsídios estabelecidos nesta Lei poderão ser revisados, anualmente, com reposição na mesma data e até no limite do mesmo índice dos servidores públicos municipais, por Projeto de Lei de Iniciativa da Câmara Municipal, tomando-se por base o que preceitua o Artigo 37, Inciso XI, da Constituição Federal.


Art. 6º. As despesas com a aplicação desta Lei, serão suportadas por dotações orçamentárias próprias do Município de Barro/CE, observadas necessariamente o impacto financeiro e orçamentário, conforme determina o Artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo os seus efeitos financeiros que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO, ESTADO DO CEARÁ, AOS 27 (VINTE E SETE) DE JUNHO DE 2024 (DOIS MIL E VINTE E QUATRO).


JOSÉ ITAMAR MENDES
PRESIDENTE


MARIA PEREIRA DE LIRA SILVA
1º SECRETÁRIA